

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	ii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	ii
I. INTRODUÇÃO	1
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2012-2014)	2
II.1. Perspectiva Macroeconómica Internacional	2
II.2. Perspectiva Macroeconómica Nacional.....	4
II.3 Previsão do Envelope de Recursos para 2012-2014	6
III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2012	8
III.1 Execução das Receitas do Estado.....	8
III.2 Execução das Despesas do Estado	9
IV. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013	11
IV. 1 Linhas Gerais da Política Orçamental	12
IV. 2 Objectivos Gerais da Política do Financiamento do Défice	13
IV.3 Objectivos Gerais da Política Tributária.....	13
IV.4 Objectivos e Prioridades na Afectação de Recursos para Realização da Despesa Pública.....	14
IV.5 Receitas do Estado	16
IV.6 Recursos Externos.....	17
IV.7 Despesas do Estado	19
IV.7.1 Despesas de Funcionamento	20
IV.7.2 Despesas de Investimento	23
IV.7.3 Despesas com Operações Financeiras.....	27
V. DESPESAS GLOBAIS POR ÂMBITO	28
VI. DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	29
VII. DESPESAS GLOBAIS SEGUNDO O CLASSIFICADOR FUNCIONAL.....	31
VIII. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DO ESTADO	32
IX. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	34
X. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Previsões de crescimento do PIB por áreas geográficas.....	3
Quadro 2. Pressupostos macroeconómicos	6
Quadro 3. Evolução do envelope de recursos totais (2012-2014).....	7
Quadro 4. Execução das receitas do Estado de Janeiro à Agosto de 2012.....	8
Quadro 5. Execução das despesas do Estado de Janeiro à Agosto de 2012.....	10
Quadro 6. Previsão das receitas do Estado para 2013	16
Quadro 7. Estrutura do financiamento externo	18
Quadro 8. Previsão das despesas do Estado para 2013	19
Quadro 9. Despesas de investimento por fonte de financiamento.....	24
Quadro 10. Amostra de projectos de investimento para sectores seleccionados (a).....	25
Quadro 11. Amostra de projectos de investimento para sectores seleccionados (b).....	26
Quadro 12. Operações financeiras do Estado.....	27
Quadro 13. Despesas nos sectores prioritários	30
Quadro 14. Equilíbrio orçamental.....	34

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do índice de preços de produtos primários (2005=100).....	4
Gráfico 2. Composição da estrutura das receitas do Estado	17
Gráfico 3. Composição das despesas de funcionamento	20
Gráfico 4. Plano de admissões de efectivos para 2013	21
Gráfico 5. Composição das transferências correntes	23
Gráfico 6. Estrutura das despesas por âmbito (em % da despesa total)	28
Gráfico 7. Estrutura das despesas segundo o classificador funcional	31
Gráfico 8. Financiamento do défice orçamental.....	32

I. INTRODUÇÃO

O Orçamento do Estado para 2013 é a expressão financeira das acções que corporizam os objectivos de política económica e social preceituadas no Plano Económico e Social (PES) para 2013. O macro objectivo de política económica e social é a redução da pobreza através da promoção do crescimento económico sustentável, inclusivo e de base alargada.

O Orçamento do Estado para 2013 é elaborado tendo em conta uma envolvente macroeconómica e financeira internacional caracterizada pela perspectiva de recuperação lenta do nível de actividade económica mundial, resultante da propagação dos efeitos da crise da dívida soberana e o fraco ritmo de consolidação fiscal na zona do euro, a volatilidade dos preços dos produtos primários incluindo o petróleo e o ritmo lento de consolidação dos mercados financeiros a nível internacional no período pós crise.

As expectativas de recuperação lenta da economia mundial conjugada com a volatilidade dos preços dos produtos primários, condicionará a trajetória tendencial de crescimento acelerado que as economias emergentes vêm registando, como é o caso de Moçambique. A curto prazo, poder-se-á registar uma fraca procura de exportações de produtos primários, que conjugadas com expectativas inflacionárias induzidas por choques positivos nos preços do petróleo e nos bens de capital intermediários, concorrerão para a desaceleração do ritmo de crescimento económico e para a deterioração dos desequilíbrios da balança de transacções correntes.

Assim, impõe-se à necessidade do aprofundamento das reformas macroeconómicas e estruturais visando aumentar e diversificar a base produtiva, estimular e diversificar as exportações de produtos com elevado valor acrescentado e incrementar a competitividade externa, no seio das economias emergentes e em desenvolvimento.

A política tributária e orçamental para 2013 continuará orientada para o aumento e diversificação das fontes de captação de receitas do Estado, a priorização da alocação de recursos para a provisão de infraestruturas sócio-económicas básicas, o desenvolvimento do capital humano e a melhoria do ambiente de negócios,

factores vitais para estimular o crescimento económico. Reforçar-se-á o rigor e a racionalidade na realização da despesa pública com vista a garantir o realinhamento gradual das contas públicas a médio prazo e a correcção dos desequilíbrios estruturais da balança de pagamentos, a longo prazo.

A programação orçamental para 2013 assume como pressupostos uma taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de 8,4%, uma taxa de inflação média anual de 7,5% e uma taxa de depreciação real do Metical em relação às principais moedas susceptível de estimular a competitividade dos bens transaccionáveis.

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2012-2014)

II.1. Perspectiva Macroeconómica Internacional

Projeções recentes do *World Economic Outlook (WEO, Julho de 2012)*, apontam para um crescimento médio do nível da actividade económica mundial de 3,5% em 2012 e 3,9% em 2013. Prevê-se para as economias avançadas, uma expansão de 1,4% em 2012 e de 1,9% em 2013, enquanto que para as economias emergentes e em desenvolvimento espera-se um crescimento moderado, em torno de 5,6% em 2012 e 5,9% em 2013.

O ritmo de crescimento económico mundial mantém-se lento devido ao ambiente de incerteza que caracteriza os mercados financeiros, associada à crise da dívida soberana e os desequilíbrios fiscais persistentes na zona euro, a volatilidade dos preços dos produtos primários e a recuperação lenta da economia norte americana.

Quadro 1. Previsões de crescimento do PIB por áreas geográficas

	2011	Projeção	
		2012	2013
PIB Mundial	3,9	3,5	3,9
Economias avançadas	1,6	1,4	1,9
Economias emergentes	6,2	5,6	5,9
Europa Central e Oriental	5,3	1,9	2,8
América Latina e Caraíbas	4,5	3,4	4,2
Médio Oriente e África do Norte	3,5	5,5	3,7
África Sub-Sahariana	5,2	5,4	5,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional (WEO, Junho 2012)

Para minorar o impacto dos factores de risco que permeiam a economia mundial nos ciclos económicos domésticos, muitos países têm vindo a implementar medidas contracíclicas, que conjugadas com o aprofundamento das reformas macroeconómicas e estruturais, têm contribuído para reforçar o ritmo de consolidação fiscal e para conter os desequilíbrios macroeconómicos internos e externos.

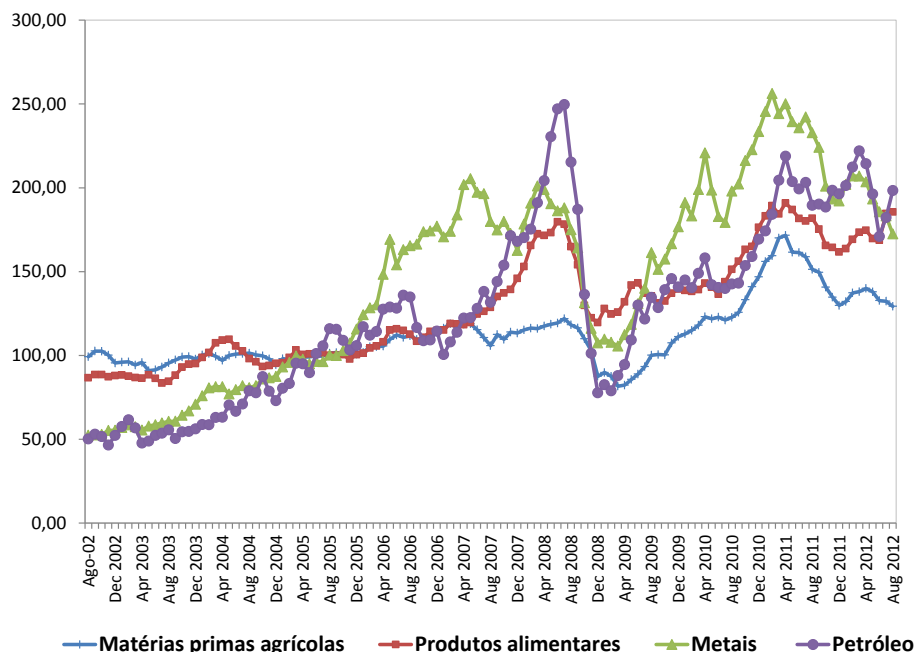
Como corolário das medidas acima referidas, regista-se a recuperação do volume de comércio internacional e da produção industrial, beneficiando os países com economias orientadas para o comércio, tais como a China, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Vietnam e Alemanha.

O crescimento económico nas economias emergentes e em desenvolvimento continua robusto, não obstante prevalecerem factores de risco decorrentes da propagação das perturbações económicas que caracterizam a zona do euro. A curto prazo, estes factores poderão concorrer para a desaceleração do crescimento económico mundial, a redução da procura de exportações das economias emergentes e em desenvolvimento e dos fluxos de capitais internacionais para os países em desenvolvimento.

Outros factores de risco que poderão afectar as perspectivas de crescimento económico na África Sub-Sahariana são a tendência de deterioração dos termos de troca internacionais, a volatilidade dos preços do petróleo e a tendência de

estabilização em alta dos preços dos alimentos no mercado internacional, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1. Evolução do índice de preços de produtos primários (2005=100)



Estes factores poderão contribuir a curto prazo, para a emergência de pressões inflacionárias, a redução das exportações de bens transaccionáveis e por conseguinte, a tendência de deterioração dos desequilíbrios na conta corrente. Assim, afigura-se fundamental que os governos dos países em desenvolvimento continuem a adoptar uma combinação de estímulos fiscais e monetários eficaz para estimular a procura agregada e por conseguinte, manter a trajectória tendencial de crescimento económico.

II.2. Perspectiva Macroeconómica Nacional

A economia moçambicana registou um forte desempenho durante os últimos cinco anos, tendo a taxa de crescimento médio real do PIB se situado em 7,2% por ano.

No ano de 2011, o país registou o início da produção e exportação do carvão, o que introduziu novas dinâmicas na economia nacional. Nesse ano, a taxa de crescimento real do PIB situou-se em 7,3%, mercê também, de um desempenho positivo dos sectores da agricultura (7,7%), transportes e comunicações (11,3%),

indústria transformadora (5,8%), indústria extractiva (18,7%) e serviços financeiros (6,5%).

A taxa de crescimento económico registada no primeiro trimestre de 2012 foi de 6,2%, tendo contribuído para este desempenho os sectores da agricultura (25,3%), indústria transformadora (11,7%), comércio e serviços de reparação (10,5%) e transportes e comunicações (11,4%).

O crescimento económico de Moçambique continua robusto, não obstante as previsões de desaceleração do nível de actividade económica mundial, nas regiões da África Sub-Sahariana, Médio Oriente e África do Norte.

Para sustentar níveis de crescimento acelerados nos próximos anos, o Governo moçambicano está a empreender medidas de política fiscal e monetária acomodativas, visando estimular o consumo e investimento privados.

O investimento público e privado têm estado a crescer substancialmente em Moçambique. Dados recentes indicam que o investimento total realizado em 2010 atingiu 3.090,3 milhões de dólares norte americanos, o que representa um crescimento acima de 100% relativamente à 2009, prevendo-se para 2012 um nível de investimento de 8.868,8 milhões de dólares norte americanos.

A taxa de inflação média anual atingiu 11,2% em 2011, e prevê-se que se situe em torno de 3% em 2012. A desaceleração do índice geral dos preços internos conjugada com uma tendência de estabilização dos preços dos combustíveis em 2012, têm criado um quadro propício para a expansão do crédito à economia, tendo para o efeito sido adoptadas sucessivas medidas de relaxamento das taxas directoras do Banco Central.

No domínio da política orçamental e tributária, o Governo continua a prosseguir com reformas que visam aumentar e diversificar a carteira fiscal, elevar os padrões de eficiência e eficácia na realização de gastos públicos, priorizando a alocação de recursos para reforçar a implantação de infraestruturas sócio-económicas básicas, incrementar os níveis de acumulação do capital humano e fortalecer a capilaridade das instituições de administração da justiça. Estas medidas contribuirão para manter o ritmo de crescimento económico do país, a médio e longo prazos.

Projeções para o período 2012-2013 apontam para um crescimento real do PIB de 7,5% e 8,4%, respectivamente. No que concerne à inflação, as previsões actuais apontam para 3,0% em 2012 e 7,5% em 2013, contra previsões iniciais de 7,2% e 5,6%, respectivamente.

Quadro 2. Pressupostos macroeconómicos

	2011	2012	2013
	Real	Previsão	
PIB nominal (milhões MT)	365.334	414.375	482.871
Crescimento real do PIB (%)	7,3	7,5	8,4
Inflação média anual (%)	10,4	3,0	7,5

O crescimento económico nos próximos anos será determinado pelo contínuo influxo do investimento directo estrangeiro principalmente na indústria extractiva (carvão e gás natural), associado ao investimento em infra-estruturas de transporte.

II.3 Previsão do Envelope de Recursos para 2012-2014

A projecção do envelope de recursos é um processo fundamental na preparação dos limites globais e sectoriais para a programação da despesa pública, a médio prazo.

Com base nas projecções do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP, 2013-2015), estima-se que o envelope de recursos totais manter-se-á em média, em torno de 37,3% do PIB no biênio 2013-2014, sendo 24,2% de recursos internos e 13,3% de recursos externos.

Prevê-se para o período 2012-2014, um crescimento nominal médio da receita do Estado de 19,1%, resultante do forte crescimento da economia associada à entrada em funcionamento de novos projectos na indústria extractiva, aliada à descoberta de recursos naturais e o aumento do investimento em infraestruturas produtivas.

Prevê-se ainda que as receitas do Estado passem de 23,1% do PIB em 2012 para 23,6% em 2013 e 24,1% em 2014. No domínio da gestão das receitas, as medidas

para a consolidação do alargamento da base tributária, o reforço de infraestruturas física e tecnológica para a captação de receitas, a redução dos custos de transacção incorridos pelos sujeitos passivos no pagamento dos impostos e o combate à evasão fiscal continuarão a merecer prioridade, no âmbito do prosseguimento das reformas da administração tributária e aduaneira.

Quadro 3. Evolução do envelope de recursos totais (2012-2014)

	OE	Previsão	
	2012	2013	2014
	<i>Milhões de MT</i>		
Total de Recursos	163.035,5	174.955,0	204.905,8
Recursos Internos	98.688,1	117.535,2	138.018,08
Receitas do Estado	95.538,0	113.962,0	135.546,06
Receitas Correntes	93.006,9	111.144,8	132.942,32
Receitas Fiscais	80.441,7	95.492,4	113.853,19
Receitas Não Fiscais	6.539,3	8.895,7	9.929,13
Receitas Consignadas	6.025,9	6.756,7	9.160,0
Receitas de Capital	2.531,1	2.817,2	3.143,8
Crédito Interno	3.150,1	3.573,3	2.472,0
Recursos Externos	64.347,4	57.419,7	69.359,7
Donativos	34.718,6	19.810,7	39.666,2
Créditos	29.628,8	37.609,1	29.693,5
	<i>Em Percentagem do PIB</i>		
Total de Recursos	39,3%	36,2%	36,4%
Recursos Internos	23,8%	24,3%	24,5%
Receitas do Estado	23,1%	23,6%	24,1%
Receitas Correntes	22,4%	23,0%	23,6%
Receitas Fiscais	19,4%	19,8%	20,2%
Receitas Não Fiscais	1,6%	1,8%	1,8%
Receitas Consignadas	1,5%	1,4%	1,6%
Receitas de Capital	0,6%	0,6%	0,6%
Crédito Interno	0,8%	0,7%	0,4%
Recursos Externos	15,5%	11,9%	12,3%
Donativos	8,4%	4,1%	7,1%
Para projectos	3,7%	3,6%	3,3%
Contravalores não consignados	2,3%	2,2%	2,0%
Créditos	7,2%	7,8%	5,3%

Prevê-se para o período em análise a tendência de redução dos recursos externos passando de 15,5% do PIB em 2012, para 11,9% em 2013, e para 12,3% em 2014, resultante em parte, das dificuldades económicas enfrentadas pelos principais parceiros de cooperação internacional de Moçambique, sediados na zona do Euro.

Dados da última revisão anual conjunta de 2012, entre o Governo moçambicano e os parceiros que prestam apoio programático ao orçamento do Estado, apontam para uma redução da ajuda externa para o apoio geral ao orçamento e fundos comuns em 471,0 milhões de MT, equivalentes a 15,4 milhões de dólares norte americanos, em 2013 em relação a 2012.

Os donativos para projectos em percentagem do PIB passarão de 2,3% em 2012 para 2,2% em 2013, e para 2,0% em 2014. Os créditos manter-se-ão em média, em torno de 6,7% do PIB no período 2012-2014.

III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2012

III.1 Execução das Receitas do Estado

As receitas do Estado cobradas de Janeiro à Agosto de 2012, atingiram o montante de 59.117,1 milhões de MT, correspondente a 61,9% da previsão anual e a um crescimento nominal de 8,0% em relação ao período homólogo do ano anterior, conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro 4. Execução das receitas do Estado de Janeiro à Agosto de 2012

	Unid. Milhões MT					
	2011			2012		
	Lei	Jan-Agost	Taxa de Realiz.	Lei	Jan-Agost	Taxa de Realiz.
Receitas do Estado	79.157,9	54.722,0	69,1%	95.538,0	59.117,1	61,9%
Receitas Correntes	77.186,9	53.325,9	69,1%	93.006,9	57.894,5	62,2%
Receitas Fiscais	66.775,0	46.066,9	69,0%	80.441,7	50.103,1	62,3%
Impostos sobre rendimentos	22.687,6	16.230,5	71,5%	27.854,4	20.905,5	75,1%
IRPS	10.335,9	6.826,3	66,0%	13.229,3	7.882,7	59,6%
IRPC	12.282,4	9.355,6	76,2%	14.544,5	12.970,7	89,2%
Imposto especial sobre o Jogo	69,3	48,6	70,1%	80,6	52,1	64,7%
Impostos sobre Bens e Serviços	41.435,0	26.544,8	64,1%	49.327,4	27.298,4	55,3%
Imposto s. Valor Acrescentado (IVA)	30.457,4	19.432,3	63,8%	35.678,7	20.038,9	56,2%
Imposto s. Consumo Específico - Prod. Import.	1.507,2	901,9	59,8%	1.959,5	990,9	50,6%
Imposto s. Comércio Externo	6.733,3	4.337,7	64,4%	8.078,8	4.464,3	55,3%
Outros Impostos Fiscais	2.652,4	1.831,8	69,1%	3.259,9	1.899,3	58,3%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	5.533,0	3.291,6	59,5%	6.530,9	3.882,8	59,5%
Receitas Consignadas	4.878,9	3.967,4	81,3%	6.034,3	3.908,6	64,8%
Receitas de Capital	1.971,0	1.396,1	70,8%	2.531,1	1.222,5	48,3%

O desempenho das receitas do Estado está associado ao comportamento observado nos grupos de receitas fiscais, receitas não fiscais e receitas consignadas, as quais atingiram taxas de realização de 62,3%, 59,5% e 64,8%, respectivamente.

No grupo das receitas fiscais, como resultado do maior controlo do desembolso dos contribuintes e do processo de alargamento da base tributária, a cobrança dos impostos sobre bens e serviços atingiu 27.298,4 milhões de MT, o equivalente a 55,3% da meta fixada para o ano, influenciado pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado e pelo Imposto sobre o Consumo Específico de produtos importados.

A cobrança das receitas não fiscais incluindo as próprias, que compreendem as taxas diversas de serviços, compensação de aposentação e outras receitas não fiscais, situou-se em 3.882,8 milhões de MT, representando 59,5% da previsão anual e um crescimento nominal de 18,0%, em relação a período homólogo de 2011.

As receitas consignadas e de capital, atingiram os montantes de 3.908,6 milhões de MT e 1.222,5 milhões de MT, equivalentes a 64,8% e 48,3% da meta anual, respectivamente, facto que se explica pela entrega das receitas cobradas pelos órgãos e instituições do Estado às Direcções de Áreas Fiscais e das taxas de concessão da licença de exploração da terceira operadora de telefonia móvel.

III.2 Execução das Despesas do Estado

As despesas de funcionamento atingiram, no período de Janeiro à Agosto de 2012, o montante de 51.024,9 milhões de MT, correspondente a 60,4% da dotação anual, o que representa o crescimento de 5,9% em relação ao período homólogo de 2011, conforme o quadro 5.

Quadro 5. Execução das despesas do Estado de Janeiro à Agosto de 2012

Unid. Milhões MT

	2011			2012		
	LEI	Jan-Agost	Taxa de Realiz.	LEI	Jan-Agost	Taxa de Realiz.
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	141.757,3	72.494,3	51,1%	163.035,4	71.514,08	43,9%
Despesas de Funcionamento	73.648,7	48.190,0	65,4%	84.462,0	51.024,9	60,4%
Despesas Correntes	73.290,4	48.076,4	65,6%	84.138,5	50.877,8	60,5%
Despesas com o Pessoal	36.250,0	23.790,8	65,6%	41.353,4	27.516,3	66,5%
Bens e Serviços	11.501,9	7.587,1	66,0%	14.006,9	8.913,2	63,6%
Encargos da Dívida	3.306,1	2.278,7	68,9%	4.626,4	2.489,3	53,8%
Transferências Correntes	12.247,7	7.421,8	60,6%	13.709,2	7.481,0	54,6%
Subsídios	5.573,6	4.315,2	77,4%	5.240,9	2.741,9	52,3%
Outras Despesas Correntes	4.367,7	2.682,8	61,4%	5.201,7	1.736,1	33,4%
Despesas de Capital	358,3	113,6	31,7%	323,5	147,1	45,5%
Despesas de Investimento	64.751,7	22.224,5	34,3%	65.517,8	18.839,0	28,8%
Componente Interna	20.581,7	12.023,1	58,4%	24.261,0	12.205,0	50,3%
Componente Externo	44.170,0	10.201,4	23,1%	41.256,8	6.634,0	16,1%
Operações Financeiras	3.356,9	2.079,8	62,0%	13.055,6	1.650,2	12,6%
Activas	1.118,3	987,3	88,3%	10.239,5	199,2	1,9%
Passivas	2.238,6	1.092,5	48,8%	2.816,1	1.451,0	51,5%

As despesas com o pessoal atingiram 27.516,3 milhões de MT, correspondente a 66,5% do orçamento anual, tendo registado um crescimento nominal de 15,7% em relação à execução registada em igual período de 2011, por influência tanto de salários e remunerações como de outras despesas com o pessoal. As despesas com bens e serviços registaram uma realização de 8.913,2 milhões de MT, equivalentes a 63,6% da meta anual e a um crescimento nominal de 17,5%.

As transferências correntes atingiram o montante de 7.481,0 milhões de MT, ou seja, 54,6% da meta anual, representando um crescimento nominal de 0,1%.

A execução das despesas com os encargos da dívida de Janeiro à Agosto atingiu 2.489,3 milhões de MT, representando 53,8% da meta anual, e um crescimento nominal de 9,2% em relação a igual período do ano anterior, por influência dos juros internos e do aumento do capital em dívida.

As despesas de capital registaram uma realização de 147,1 milhões de MT, equivalentes a 45,5% do orçamento anual, tendo alcançado um crescimento real de 29,5%.

A execução das despesas de investimento no período em análise situou-se em 18.839,0 milhões de MT, equivalente a 28,8% da meta anual, representando um decréscimo da absorção em termos nominais de 15,2% em relação a igual período de 2011. Este desempenho foi influenciado pelo desembolso tardio dos fundos provenientes do financiamento externo.

As operações financeiras atingiram o valor de 1.650,2 milhões de MT, correspondendo a 12,6% da dotação orçamental anual.

No geral, os níveis de execução do orçamento do Estado de Janeiro à Agosto situaram-se dentro de parâmetros aceitáveis para o período. A sazonalidade na captação de receitas do Estado aliada ao desembolso tardio de recursos externos durante o segundo trimestre de 2012, foram amortecidos por uma gestão prudente da carteira de títulos de dívida pública de curto prazo. Prevê-se até o fim do exercício, o cumprimento dos objectivos de política tributária e orçamental previstos para 2012.

IV. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013

O Orçamento do Estado para 2013, materializa os objetivos de política económica e social preceituadas no Plano Económico e Social (PES) 2013, está em linha com o Programa Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014) e com o Plano de Acção para à Redução da Pobreza (PARP 2011-14) e Planos Estratégicos Sectoriais.

A política tributária e orçamental para 2013 continuará a cumprir os objectivos de alocação de recursos, estabilização macroeconómica e redistribuição do rendimento. A curto prazo, o padrão de alocação de recursos visa garantir a expansão e a diversificação da oferta de bens públicos, o aumento da produtividade e competitividade dos factores produtivos domésticos e o desenvolvimento da iniciativa privada.

A médio e longo prazos, os padrões de articulação entre as políticas fiscal, monetária e cambial concorrem para a estabilidade macroeconómica, o realinhamento das contas públicas e a correcção dos desequilíbrios estruturais da balança de pagamentos. Para o efeito, prosseguir-se-á a priorização da afectação de recursos para o fortalecimento de infraestruturas sócio-económicas básicas, aumento da produção e produtividades agrárias, dinamização da indústria transformadora e o reforço dos programas de protecção social.

Para garantir uma melhor qualidade e abrangência do orçamento do Estado, a alocação de recursos para 2013 foi feita tendo como base as prioridades definidas no Programa Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014). Assim, as decisões de

afecção estratégica de recursos tomam como referência a procura de bens e serviços públicos no médio prazo, prevista no Cenário Fiscal de Médio Prazo e na necessidade de reforço das conexões entre despesas e resultados.

O Orçamento do Estado para 2013 é elaborado tendo em conta uma envolvente macroeconómica e financeira internacional caracterizada pela previsão de recuperação lenta da procura mundial, pelo espectro de incerteza associada à propagação dos efeitos da crise da dívida soberana na zona do euro sobre as economias emergentes e pela volatilidade dos preços dos produtos primários no mercado internacional. Para mitigar estas adversidades, o nível e a composição estrutural da despesa pública para 2013, assim como o padrão de articulação entre as políticas fiscal e monetária visam atenuar as flutuações do ciclo económico, ancorar as expectativas inflacionárias e a manter o ritmo do crescimento económico registado nos últimos anos, a curto e médio prazos.

IV. 1 Linhas Gerais da Política Orçamental

As linhas gerais de política orçamental e tributária para 2013 são:

- i. Manutenção da estabilidade macroeconómica;
- ii. Prosseguimento de acções centradas no combate à pobreza e na promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo, através da priorização da afectação de recursos para o reforço da capacidade produtiva nacional, o incremento dos níveis de acumulação do capital humano, a expansão e diversificação da oferta de bens e serviços públicos e o fortalecimento do sistema de administração da justiça com vista a estimular a produtividade e competitividade da economia nacional;
- iii. Reforço dos padrões de economia, eficácia e eficiência da despesa pública, garantindo um ritmo de alteração na sua composição estrutural, incluindo padrão de execução orçamental que permitam fortalecer o ritmo de acumulação interna, ancorar as expectativas inflacionárias e aumentar a competitividade dos bens transaccionáveis;
- iv. Incremento da equidade na afectação de recursos públicos e a consolidação do processo de descentralização financeira;

- v. Prosseguimento de reformas na área tributária e aduaneira tendentes a aumentar e diversificar a carteira fiscal, melhorar os padrões de equidade (horizontal e vertical) e justiça fiscais; e
- vi. Reforço do rigor e racionalidade na realização da despesa pública.

IV. 2 Objectivos Gerais da Política do Financiamento do Défice

Tendo em conta a importância do recurso ao financiamento externo e interno através da contracção de empréstimos para cobertura do défice orçamental, o Governo desenvolveu com apoio dos parceiros a Estratégia de Gestão da Dívida Pública para o período 2012-2015, que congrega diferentes opções de financiamento do défice de modo a prosseguir com os objectivos de política económica e garantir a sustentabilidade da dívida a médio e longo prazos.

A Estratégia de Gestão da Dívida Pública visa assegurar o contínuo fluxo de recursos financeiros externos e internos, tendo em conta condições de contratação competitivas, para assegurar o financiamento dos projectos estruturantes para o desenvolvimento do país. A estratégia preconiza quatro alternativas de financiamento do défice orçamental, nomeadamente:

- O recurso a donativos e créditos concessionais;
- A mobilização de créditos bilaterais, com taxas de juros fixas, variável e em diferentes moedas;
- A contracção de créditos comerciais, a ser considerada quando o Governo optar por contratar créditos no mercado internacional; e
- O recurso ao endividamento interno.

IV.3 Objectivos Gerais da Política Tributária

A prioridade actual da administração tributária continua centrada no desenvolvimento de acções que visam massificar a utilização de tecnologias de informação e comunicação para a gestão dos processos tributários, quer na área do

comércio externo, quer na área de tributação interna. Neste contexto, destacam-se as seguintes acções:

- a) Aumento do registo de contribuintes, através da intensificação e expansão territorial do programa de atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT), permitindo maior cobertura dos potenciais contribuintes e o alargamento da base tributária;
- b) Massificação das campanhas de educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, promovendo a cidadania fiscal;
- c) Intensificação das acções de auditoria e fiscalização, incluindo as auditorias pós-desembaraço e a fiscalização de mercadorias em circulação, com incidência particular nos grandes impostos (IVA, IRPS, IRPC e ICE)¹ e impostos sobre a produção de minas e petróleos e direitos aduaneiros;
- d) Alargamento da abrangência do projecto da Janela Única Electrónica, para a tramitação dos despachos aduaneiros e inter-acção electrónica com os utentes e com as administrações tributárias dos países vizinhos; e
- a) Implementação do sistema de informatização de impostos, no âmbito do Projecto da Rede de Cobrança (e-Tributação), em harmonia com o ambiente e-SISTAFE.

IV.4 Objectivos e Prioridades na Afectação de Recursos para Realização da Despesa Pública

A programação da despesa pública para 2013 será orientada tendo em vista assegurar a sustentabilidade orçamental e a gradual redução da dependência externa, a médio e longo prazos. Adicionalmente, a política orçamental para 2013 está articulada com os objectivos de política macroeconómica previstos no CFMP 2013-2015, nomeadamente a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo, a manutenção estabilidade dos preços internos, a promoção do emprego e o aumento da competitividade externa.

¹ IVA: imposto sobre o valor acrescentado; IRPS: imposto sobre o rendimento de pessoas singulares; IRPC: imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas; e ICE: imposto sobre o consumo específico de produtos nacionais e/ou importados.

As prioridades na afectação de recursos centram-se na criação de condições para a dinamização das pequenas e médias empresas, promoção do investimento privado doméstico e o directo estrangeiro e reforço da implantação de projectos de infraestruturas de energia e transporte (estradas, pontes, infraestruturas aeroportuárias).

Para 2013, o Governo continuará a priorizar a afectação de recursos aos sectores educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, infraestruturas e boa governação. As principais acções que corporizam as prioridades na alocação de recursos para 2013 e que concorrem para a redução dos índices de incidência da pobreza rural e urbana são:

- Prosseguimento da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019), com vista a incentivar a produção e produtividade no sector familiar, através da expansão dos serviços de assistência técnica e disponibilização de insumos;
- Realização de investimentos visando reforçar a cadeia de valor na indústria extrativa e transformadora, através da implantação de infraestruturas de transporte, electricidade, hotelaria e turismo e habitação;
- Prosseguimento da implementação do projecto de electrificação rural e da espinha dorsal de distribuição de energia eléctrica às sedes distritais e pólos de desenvolvimento;
- Continuação da provisão de infra-estruturas básicas (estradas, pontes, energia), de água e saneamento no âmbito do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), tendente a garantir o aumento da produção, produtividade e competitividade das indústrias pesqueira, de agro-processamento e alimentar;
- Massificação do programa de produção de alimentos, promoção do emprego e implantação de infraestruturas distritais, visando acelerar a integração da economia nacional, induzir transformações nas estruturas económicas e o aumento da competitividade dos factores produtivos nos distritos;
- Prosseguimento das acções no âmbito do combate à pobreza urbana, através do Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana (PERPU).

IV.5 Receitas do Estado

A receita do Estado para 2013 situar-se-á em 113.962,0 milhões de MT, correspondente a 23,6% do PIB, que representa um acréscimo de 0,5pp do PIB face a 2012.

Não obstante o incremento do rácio fiscal em 0,5pp PIB em 2013 face a 2012, nota-se alguma rigidez na variação percentual das receitas fiscais associadas à variação percentual do PIB, nas rubricas de receitas sobre bens e serviços, resultante da gradual alteração da estrutura da economia, caracterizada pelo aumento do peso relativo do valor acrescentado bruto da indústria transformadora, explicada pela actividade económica dos grandes projectos na indústria extractiva, com fraca contribuição para a carteira fiscal.

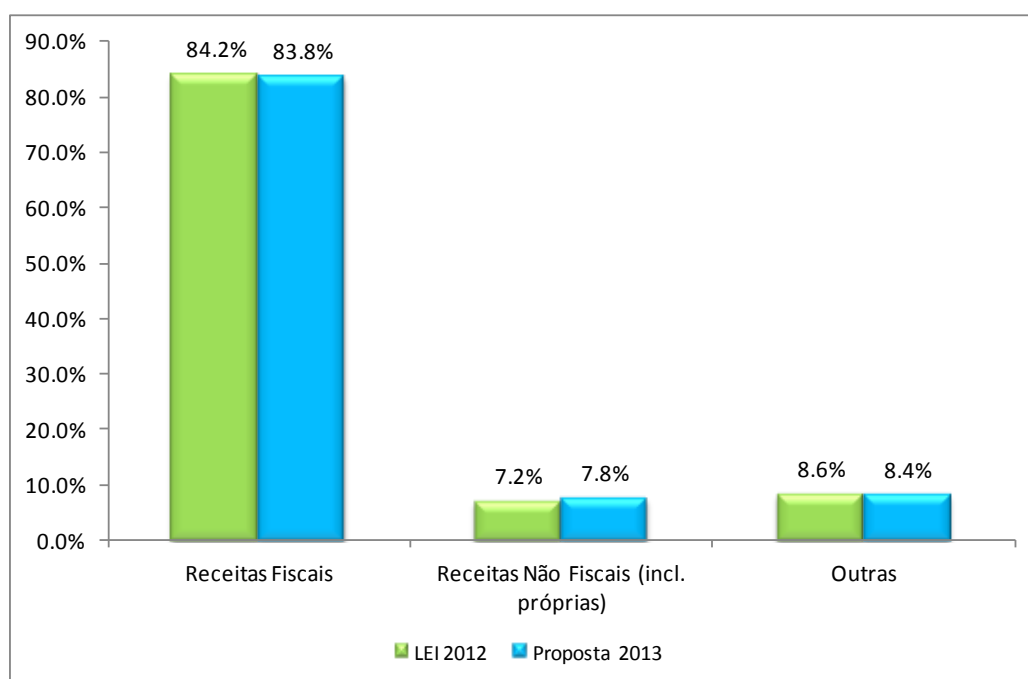
Quadro 6. Previsão das receitas do Estado para 2013

	Milhões de MT		% do PIB	
	2012 Lei	2013 Proposta	2012 Lei	2013 Proposta
Receitas do Estado	95.538,0	113.962,0	23,1%	23,6%
Receitas Correntes	93.006,9	111.144,8	22,4%	23,0%
Receitas Fiscais	80.441,6	95.492,4	19,4%	19,8%
Impostos sobre rendimentos	27.854,4	33.778,3	6,7%	7,0%
IRPS	13.229,3	15.508,3	3,2%	3,2%
IRPC	14.544,5	17.927,3	3,5%	3,7%
Imposto especial sobre o Jogo	80,6	342,7	0,0%	0,1%
Receitas sobre Bens e Serviços	49.327,4	56.695,6	11,9%	11,7%
Imposto s/ Valor Acrescentado	35.678,7	39.846,5	8,6%	8,3%
ICE-Produtos Nacionais	3.610,4	4.627,5	0,9%	1,0%
ICE- Produtos Importados	1.959,5	2.642,0	0,5%	0,5%
Imposto s/ Comércio Externo	8.078,8	9.579,5	1,9%	2,0%
Outros Impostos Fiscais	3.259,8	5.018,6	0,8%	1,0%
Receitas Não Fiscais (<i>incl. próprias</i>)	6.925,3	8.895,7	1,7%	1,8%
Receitas Consignadas	5.639,9	6.756,7	1,4%	1,4%
Receitas de Capital	2.531,1	2.817,2	0,6%	0,6%

O crescimento real das receitas do Estado para 2013 é de 11,8% face a 2012 e será em grande medida impulsionado pela receitas correntes que totalizam 111.144,8 milhões de MT, correspondente a 23,0% do PIB, um incremento em 0,6pp face a 2012. Estão incluídas nesta categoria as receitas fiscais, não fiscais e as receitas consignadas.

Perspectiva-se ainda, neste Orçamento, a consignação de 2,75% das receitas advinentes do imposto de produção de actividades de exploração mineira e petrolíferas, das areias pesadas de Moma, Pande, Temane, Vale e Rio Tinto, estimadas no valor de 30 milhões de MT para as localidades de Moatize, Govuro e Moma, nos termos da Lei nº 12/2007 de 27 de Junho.

Gráfico 2. Composição da estrutura das receitas do Estado



Depreende-se do gráfico acima que as receitas fiscais são as que têm maior peso na carteira fiscal em 2013, representando 83,8%. As receitas não fiscais incluindo as próprias e as receitas consignadas e de capital poderão atingir os montantes de 8.895,7 milhões de MT e 9.573,9 milhões de MT em 2013, correspondentes a 7,8% e 8,4% da carteira fiscal, respectivamente.

IV.6 Recursos Externos

Os recursos externos subdividem-se em créditos e donativos. Os donativos destinam-se ao apoio na implementação dos projectos de investimento inscritos no orçamento do Estado e são canalizados sob várias modalidades, nomeadamente, Apoio Directo ao Orçamento (ADO), financiamento de projectos de investimento e

de programas especiais (PROSAÚDE, FASE, PROAGRI, HIV-SIDA, entre outros). Os créditos destinam-se ao apoio directo ao Orçamento, projectos de investimento e às empresas públicas (acordos de retrocessão).

A previsão de recursos externos para 2013 situa-se em 57.419,7 milhões de MT, contra os 64.347,3 milhões de MT previstos para 2012. Em percentagem do PIB regista-se uma redução de 3,6pp face à 2012, devido aos problemas e instabilidade financeira que se têm verificado em vários países da Europa.

Quadro 7. Estrutura do financiamento externo

	<i>Milhões de MT</i>		<i>% do PIB</i>	
	2012 Lei	2013 Proposta	2012 Lei	2013 Proposta
Recursos Externos	64.347,3	57.419,7	15,5%	11,9%
Contravalores não Consignados (ADO)	13.251,9	14.675,6	3,2%	3,0%
Donativos	9.698,8	7.431,5	2,3%	1,5%
Créditos	3.553,1	7.244,1	0,9%	1,5%
Donativos	25.019,8	12.379,2	6,0%	2,6%
Para Projectos	15.514,9	4.769,0	3,7%	1,0%
Fundo Comum	9.504,9	7.610,2	2,3%	1,6%
Créditos para Projectos	26.075,7	30.365,0	6,3%	6,3%

Tal como sugere o quadro 7, prevê-se as seguintes tendências nas principais fontes de financiamento externo:

- Redução do Apoio Directo ao Orçamento em 0,2pp do PIB em 2013 face à 2012, explicada pela não confirmação do desembolso por parte de alguns Parceiros de Apoio Programático, nomeadamente a Bélgica, Alemanha, Holanda, Espanha e Suíça. Apesar desta redução, regista-se um aumento dos contravalores para Apoio Directo ao Orçamento do Banco Mundial, passando para 210 milhões dólares norte americanos em 2013, contra 110 milhões de dólares norte americanos desembolsados em 2012. Do valor previsto para 2013, 110 milhões de dólares norte americanos serão disponibilizados ao abrigo do Programa de Crédito para o Alívio à Pobreza (PRSC); 50 milhões de dólares norte americanos no âmbito do programa de apoio às mudanças climáticas; e 50 milhões de dólares norte americanos ao abrigo do programa de financiamento ao sector da agricultura;

- Redução dos donativos para projectos em 2,7pp do PIB e programas especiais (Fundos Comuns) em 0,7pp do PIB, respectivamente, como resultado da redução do financiamento para os fundos do FASE, PROSAÚDE, combate ao HIV/SIDA, estradas e para projectos externos.

IV.7 Despesas do Estado

Para 2013, as despesas totais do Estado deverão atingir o montante de 174.955,0 milhões de MT, correspondente a 36,2% do PIB, sendo 20,1% do PIB para as despesas de funcionamento, 14,4% do PIB para as despesas de investimento e 1,7% do PIB de operações financeiras, conforme o quadro abaixo.

Quadro 8. Previsão das despesas do Estado para 2013

	Milhões de MT		Em % do PIB	
	Lei 2012	Proposta 2013	Lei 2012	Proposta 2013
DESPESA TOTAL	163,035.4	174,955.0	39.3%	36.2%
Despesas de Funcionamento	84,462.0	97,263.7	20.4%	20.1%
Despesas Correntes	84,138.5	96,961.7	20.3%	20.1%
Despesas com o Pessoal	41,353.4	48,809.1	10.0%	10.1%
Bens e Serviços	14,006.9	18,456.7	3.4%	3.8%
Encargos da Dívida	4,626.4	5,622.4	1.1%	1.2%
Transferências Correntes	13,709.2	15,904.4	3.3%	3.3%
Subsídios	5,240.9	3,371.9	1.3%	0.7%
Outras Despesas Correntes	5,201.7	4,797.2	1.3%	1.0%
Despesas de Capital	323.5	301.9	0.1%	0.1%
Despesas de Investimento	65,517.8	69,425.0	15.8%	14.4%
Componente Interna	24,261.0	30,780.3	5.9%	6.4%
Componente Externa	41,256.8	38,644.7	10.0%	8.0%
Donativos	25,019.8	12,379.2	6.0%	2.6%
Créditos	16,237.0	26,265.5	3.9%	5.4%
Operações Financeiras	13,055.6	8,266.3	3.2%	1.7%
Activas	10,239.5	4,424.5	2.5%	0.9%
Passivas	2,816.1	3,841.8	0.7%	0.8%

Da análise do comportamento dos agregados de despesa depreende-se que as despesas de funcionamento representam maior proporção das despesas do Estado,

com 55,6%, distribuídas pelas rubricas das despesas com pessoal, bens e serviços, transferências e outras despesas correntes, seguindo as despesas de investimento com 39,9% e as operações financeiras com 4,7%.

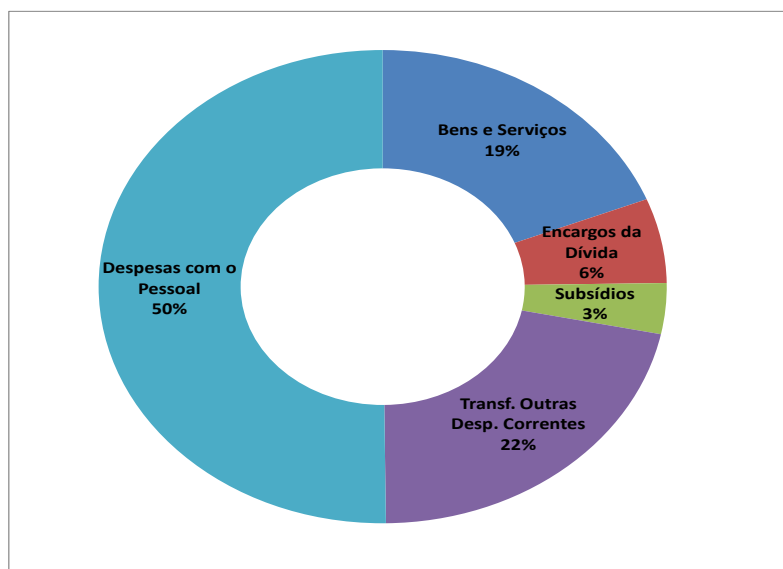
Em termos globais, o nível de despesa pública total em percentagem do PIB situar-se-á em 36,2% em 2013, uma redução em 3,1pp do PIB face a 2012, como reflexo da redução do envelope de recursos externos para o investimento em 3,0 pp do PIB e das operações financeiras em 1,5 pp do PIB.

IV.7.1 Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento para 2013 estão programadas em 97.263,7 milhões de MT, o correspondente a um crescimento real de 7,7% face ao montante programado para 2012. Este crescimento fundamenta-se pela necessidade de incrementar a oferta de bens e serviços essenciais à população, com destaque para os serviços de educação e saúde.

As despesas com o pessoal são as que absorvem maior proporção das despesas de funcionamento, cerca de 50%, seguido das despesas com transferências correntes e outras despesas correntes e bens e serviços, com 21% e 19%, respectivamente.

Gráfico 3. Composição das despesas de funcionamento

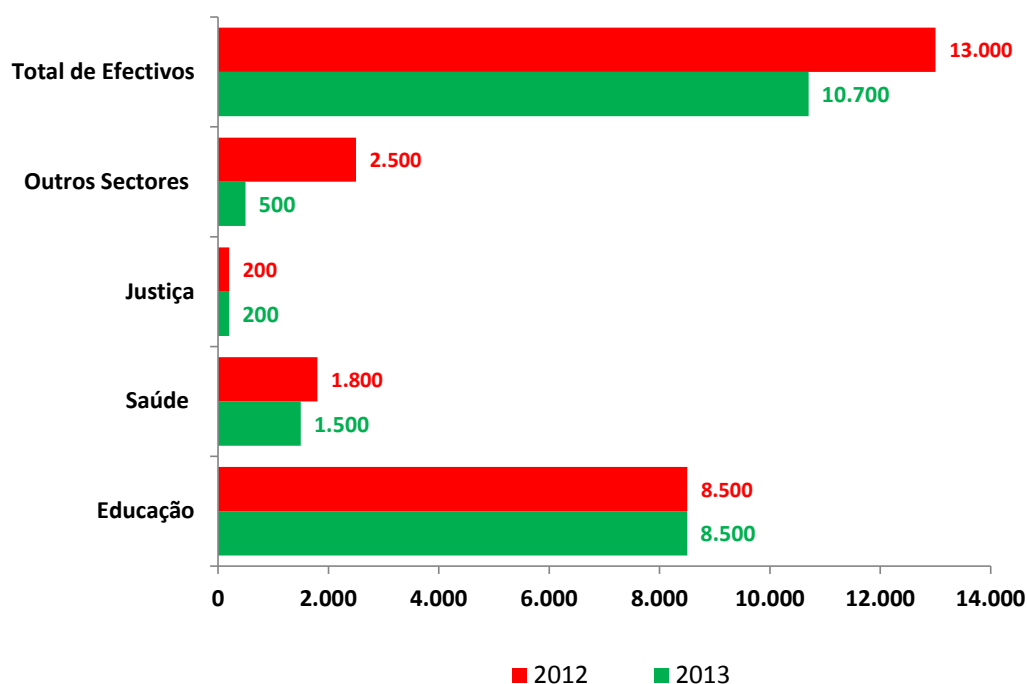


Despesas com Pessoal

Para 2013, espera-se que as despesas com pessoal atinjam o montante de 48.818,8 milhões de MT, que representa 10,1% do PIB, um incremento em 0,1pp face a 2012, como resultado da necessidade de contratação de efectivos para as áreas da educação, saúde e justiça.

Assim, as admissões de efectivos na função pública passarão de 13.000 mil em 2012 para 10.700 em 2013, significando uma redução no encargo de 1,503,4 milhões de MT para 1.454,9 milhões de MT, dada à necessidade de estabilização dos encargos com as despesas com pessoal que se vem registando nos últimos anos.

Gráfico 4. Plano de admissões de efectivos para 2013



Estão ainda previstas, promoções e progressões de 12.200 funcionários com impacto global de 496,3 milhões de MT, sendo 5.000 para a educação que corresponde 203,2 milhões de MT, 1.500 para saúde com um impacto estimado de 61,0 milhões de MT, 200 para o sector da justiça com um encargo de 8,6 milhões de MT e 5.500 para restantes sectores, com impacto de 223,6 milhões de MT.

Despesas em Bens e Serviços

Em face da necessidade de melhoria das condições de trabalho no seio das instituições públicas a todos os níveis, as despesas com bens e serviços para 2013 estão orçadas em 18.401,4 milhões de MT, o que representa uma subida de 0,4pp do PIB em relação a 2012.

Destaca-se o incremento da alocação de recursos para a aquisição e distribuição de medicamentos e consumíveis para o sistema nacional de saúde e a aquisição de bens e serviços para às instituições representativas dos vários subsistemas de ensino e as ligadas à promoção da legalidade, justiça e boa governação.

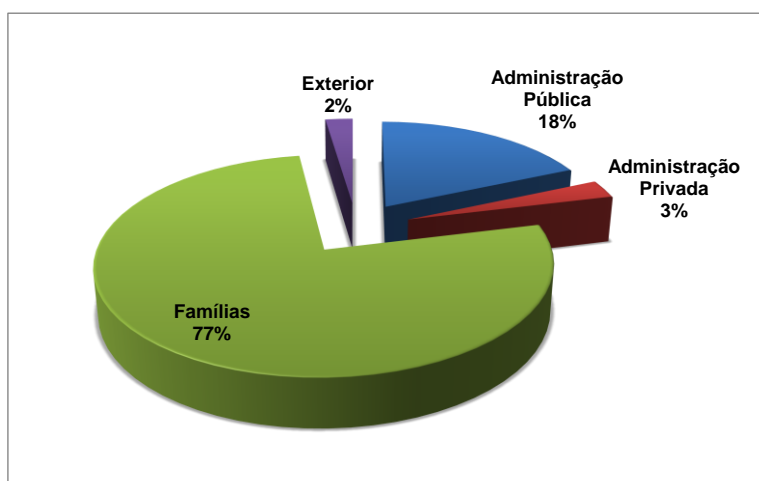
Encargos da Dívida

Em 2013, os encargos da dívida deverão atingir 1,2% do PIB, representando uma subida de 0,1pp, em relação a 2012, devido à necessidade de amortização de vários créditos externos e internos, com destaque para amortização dos créditos contraídos para o financiamento de infraestruturas.

Transferências Correntes

Para a rubrica de transferências correntes, estão previstos para 2013, 15.904,4 milhões de MT, equivalentes a 3,3% do PIB, um decréscimo de 0,1pp do PIB, em relação ao ano transacto. As transferências às famílias absorvem 77% do volume de transferência correntes e visam garantir o pagamento das pensões e das despesas sociais e outras transferências às famílias, que aborvem 71,2% e 28,8% do volume de transferências às famílias, respectivamente.

Gráfico 5. Composição das transferências correntes



Subsídios

Os subsídios deverão atingir 0,7% do PIB, uma redução de 0,6pp em relação ao ano transacto. Em termos, absolutos estão programados para esta rubrica 3.771,9 milhões de MT para suportar os subsídios aos preços e 900,0 milhões de MT para suprir os défices de exploração das empresas públicas, o que corresponde a 0,8% e 0,2% do PIB, respectivamente.

Outras Despesas Correntes

As outras despesas correntes representam 1,0% do PIB, uma redução de 0,3pp do PIB em relação a 2012, face à necessidade de acomodar as despesas com os reembolsos do IVA, no montante de 3.600,0 milhões de MT.

IV.7.2 Despesas de Investimento

As despesas de investimento previstas para 2013 estão orçadas em 69.425,0 milhões de MT, o que corresponde a 14,4% do PIB, uma redução de 1,4pp do PIB face a 2012, influenciada essencialmente pela redução da componente externa.

Quadro 9. Despesas de investimento por fonte de financiamento

	Unid. Milhões de MT	
	Lei 2012	Proposta 2013
Despesas de Investimento	65,517.8	69,425.0
<i>em % PIB</i>	15.8%	14.4%
<i>em % da Despesa Total</i>	40.2%	39.7%
Componente Interna	24,261.0	30,780.3
<i>em % PIB</i>	5.9%	6.4%
<i>em % da Despesa Total</i>	14.9%	17.6%
Componente Externa	41,256.8	38,644.7
<i>em % PIB</i>	10.0%	8.0%
<i>em % da Despesa Total</i>	25.3%	22.1%

Para o ano de 2013, a despesa com a componente interna está fixada em 30.780,3 milhões de MT, ou seja 6,4% do PIB, representando um aumento em 0,5 pp do PIB face a 2012. A despesa com a componente externa situar-se-á em 38.644,7 milhões de MT, correspondente a 8,0% do PIB e a uma redução face a 2012 em 2,0 pp do PIB.

Não obstante a redução na componente externa, é de realçar o esforço do Governo que continua a priorizar o aporte de recursos para investimento nos sectores prioritários no âmbito da implementação da estratégia de combate à pobreza. Assim, as principais acções a realizar em 2013 com vista a galvanizar o investimento público concentraram-se nas seguintes áreas, conforme ilustram os quadros 10 e 11.

Quadro 10. Amostra de projectos de investimento para sectores seleccionados (a)

Unid. Milhões de MT

	Financiamento		Total
	Interno	Externo	
EDUCAÇÃO	457,60	1.438,54	1.896,14
Construção de Salas de Aulas	120,00	755,81	875,81
Construção de Institutos Politécnicos de Gaza e Manica	50,65	48,04	98,69
BID IV - Banco Islamico para o Desenvolvimento	32,63	266,47	299,11
Construção de Escolas Secundárias em Nampula	36,66	122,72	159,38
Construção de 2 Institutos Técnicos	42,66	245,50	288,16
Aquisição e Distribuição de Carteiras Escolares	150,00	-	150,00
Construcao de Campus Universitario de raiz no Dondo	25,00	-	25,00
	-	-	-
SAÚDE	656,47	131,20	787,68
Desenvolvimento das Infraestruturas de nível IV	83,97	94,63	178,60
Desenvolvimento das Infraestruturas de nível III	37,50	-	37,50
Desenvolvimento das infraestruturas de nivel II	85,00	11,00	96,00
Aquisicao de Equipamento Médico Cirúrgico e Hospitalar	254,00	25,58	279,58
Desenvolvimento das Infraestrutura para a Formação	36,00	-	36,00
Programa Nacional de Combate ao HIV e SIDA-2013	120,00	-	120,00
Apoio às Organizações Comunitárias de Base de Combate ao HIV-SIDA	40,00	-	40,00
	-	-	-
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	818,05	85,30	903,36
Expansão do Sistema de Informação de Gestão de Florestas e Fauna Bravia	25,24	-	25,24
Projecto de consolidação e gestão intermédia do regadio de Xai-Xai	45,00	-	45,00
Trabalho de Inquérito Agrícola - TIA	91,33	-	91,33
Programa Nacional para fortalecimento da Cadeia de Sementes	44,63	-	44,63
Programa Inovativo de Transferência de Tecnologias do Sector Agrário	50,00	-	50,00
Zoneamento AgroEcológico à escala de 1:250.000	263,00	-	263,00
Projecto de Fertilizantes	-	85,30	85,30
Reforco Institucional ao Subsector de Irrigação	25,42	-	25,42
Aquisição e distribuição de sementes	273,44	-	273,44
	-	-	-

Quadro 11. Amostra de projectos de investimento para sectores seleccionados (b)

Unid. Milhões de MT

	Financiamento		Total
	Interno	Externo	
INFRAESTRUTURAS (ESTRADAS, ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS)	5.179,06	12.586,76	17.765,82
Reabilitação Costeira da Cidade de Maputo	71,91	145,42	217,32
Construção e Reabilitação de Infra-Estruturas para os Órgãos Locais do Estado	300,00	-	300,00
Manutenção de Emergência	230,80	56,97	287,77
Melhoramento da Estrada N11: Milange - Mocuba	118,54	1.342,58	1.461,12
Manutenção de Estradas Pavimentadas	601,36	75,34	676,71
Manutenção de Estradas Distritais	162,50	77,06	239,56
Consultoria e Estudos	130,01	74,39	204,40
Manutenção de Estradas Não Pavimentadas	1.295,24	95,37	1.390,61
Fiscalização da Manutenção	115,65	18,00	133,65
Manutenção de Estradas Urbanas	313,40	-	313,40
Manutenção e Reabilitação de Pontes	69,39	-	69,39
Melhoramento da Estrada N13: Nampula - Cuamba	227,02	1.355,43	1.582,46
Melhoramento da Estrada N13: Cuamba - Lichinga	38,06	-	38,06
Melhoramento da Estrada N14: Montepuez-Ruaça	145,50	380,78	526,28
Melhoramento da Estrada N221: Caniçado - Chicualacuala	356,26	1.095,96	1.452,22
Melhoramento da Estrada N260: Chimoio - Chipungamberra	316,81	1.175,59	1.492,40
Melhoramento da Estrada N103-R657: Magige - Cuamba	-	457,55	457,55
Melhoramento da Estrada N380: Mocimboa da Praia - Namoto	224,88	603,06	827,94
Reabilitação e Construção de Pequenas Barragens	40,00	-	40,00
Urbanização e Construção de Infra-estruturas Básicas	36,00	-	36,00
Saneamento Urbano	39,08	237,90	276,98
Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR)	30,51	437,29	467,80
Programa Saneamento Ambiental	26,41	51,16	77,57
Construção da Ponte Maputo Ka Tembe	163,31	3.831,44	3.994,75
Construção da Estrada Circular	88,72	450,76	539,48
Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento Maputo e Gaza	2,13	-	2,13
Projecto de Abastecimento de água, Saneamento - Nampula e Zambézia	35,57	391,31	426,87
WASIS - Abastecimento de Água e Saneamento nas Pequenas Cidades e Vilas	-	233,41	233,41
	-	-	-
ENERGIA	783,28	-	783,28
Programa Nacional de Energia	22,26	-	22,26
Projecto de Electrificação dos Postos Administrativos e Localidades	145,90	-	145,90
Electrificação dos Distritos de Balama e Namuno em Cabo-Delgado	64,00	-	64,00
Incentivo Geográfico para a Construção e Reabilitação de Bombas de Combustíveis	250,50	-	250,50
Electrificação rural - Alívio à Pobreza.	245,76	-	245,76
Prosseguir com actividades para a construção da mini hidrica de Rotanda	54,86	-	54,86
	-	-	-
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	159,30	4.542,85	4.702,15
Desenvolvimento do Sector dos Transportes	98,00	-	98,00
Telecomunicações para as Sedes Distritais	-	165,08	165,08
Aquisição de uma Draga Oceânica	-	200,00	200,00
Reabilitação e expansão do porto de Nacala	1,99	2.537,00	2.538,99
Construção e Reabilitação das Infraestruturas de Acostagem de Mocimboque	59,31	-	59,31
Construção do Aeroporto de Nacala	-	1.500,00	1.500,00
Construção da Terminal de Carvão da Beira	-	140,77	140,77
	-	-	-
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	274,83	-	274,83
Projecto de Construção e Reabilitação de Silos	100,00	-	100,00
Implantação da Bolsa de Produtos Alimentares	65,53	-	65,53
Plataforma Integrada de Prestação de Serviços ao Cidadão	30,00	-	30,00
Administração Nacional das Áreas de Conservação	29,30	-	29,30
Projecto Kapulana	50,00	-	50,00

IV.7.3 Despesas com Operações Financeiras

As despesas totais com operações financeiras do Estado para o ano de 2013, fixar-se-ão em 8.266,3 Milhões de MT, correspondendo a 1,7% do PIB contra 13.055,6 milhões de MT, programadas para 2012. Deste valor, 4.424,5 milhões de MT destinam-se às operações activas o que representa 0,9% do PIB, e 3.841,8 milhões de MT para operações passivas, representando 0,8 do PIB.

Quadro 12. Operações financeiras do Estado

	Milhões de MT		% do PIB	
	2012	2013	2012	2013
	Lei	proposta	Lei	proposta
Operações Financeiras	13.055,6	8.266,3	3,2%	1,7%
Activas	10.239,5	4.424,5	2,5%	0,9%
Capital social de empresas	400,8	325,1	0,1%	0,1%
Empréstimos às empresas	9.838,7	4.099,5	2,4%	0,8%
Passivas	2.816,1	3.841,8	0,7%	0,8%
Amortizações de empréstimos externos	2.016,2	2.794,2	0,5%	0,6%
Amortizações de empréstimos internos	799,9	1.047,6	0,2%	0,2%

Em 2013, prevê-se uma redução do valor das operações financeiras do Estado em 1,4 pp do PIB face a 2012, explicada essencialmente pela redução tanto da concessão de empréstimos às empresas através dos acordos de retrocessão, como de saneamentos e participações do Estado nas empresas públicas e participadas.

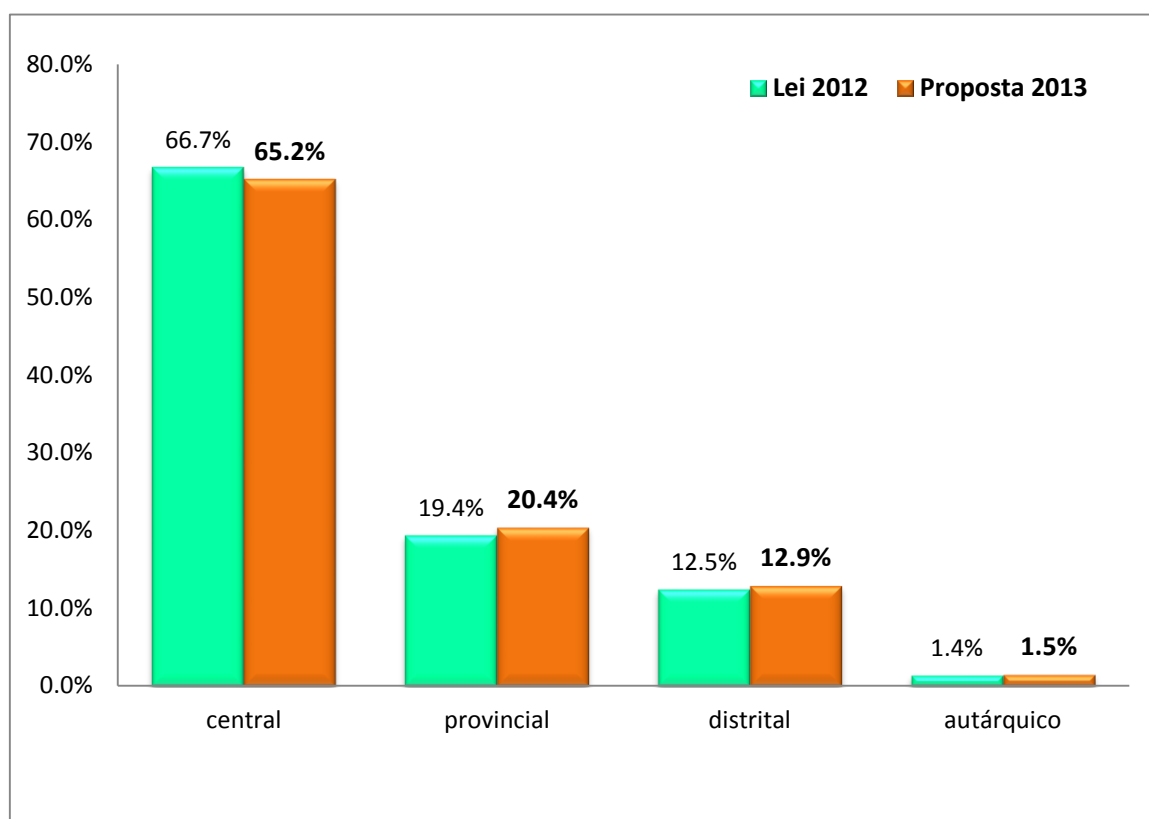
Esta tendência decrescente é também justificada por um lado, pelo baixo nível de execução dos projectos financiados por acordos de retrocessão em 2012 e por outro, pelos atrasos nos desembolsos por parte dos financiadores, o que compromete à execução.

V. DESPESAS GLOBAIS POR ÂMBITO

A evolução da estrutura das despesas por âmbito (central, provincial, distrital e autárquico) em percentagem da despesa total comparativamente ao ano transato é ilustrada no gráfico abaixo. A análise exclui as operações financeiras do Estado, os encargos da dívida, os subsídios e a dotação provisional, a fim de se considerarem apenas as despesas sectoriais de âmbito central e não as despesas com encargos gerais do Estado, verificando-se uma tendência de aumento da descentralização dos recursos para o nível local.

A proporção dos recursos internos absorvidos pelo nível central passa dos 66,7% em 2012 para 65,2% em 2013. Para o nível provincial passa de 19,4% em 2012 para 20,4% em 2013, e para o nível distrital aumentam em 0,4 pontos percentuais, passando de 12,5% em 2012, para 12,9% em 2013.

Gráfico 6. Estrutura das despesas por âmbito (em % da despesa total)



É notória a tendência crescente dos recursos alocados para o nível local, o que demonstra os esforços desenvolvidos pelo Governo no âmbito da descentralização

financeira aos distritos, permitindo impulsionar os programas de investimento susceptíveis de acelerar a dinamização da actividade económica, induzindo a transformação estrutural e a melhoria da capacidade de provisão de bens públicos.

VI. DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS

O combate à pobreza constitui um dos eixos centrais no âmbito da formulação e implementação política económica e social. Para o efeito, o Governo definiu a meta de alocação de pelos menos dois terços da despesa pública total excluindo os encargos da dívida e operações financeiras do Estado, como forma de garantir a implementação de acções tendentes à reduzir os índices de incidência de pobreza rural e urbana, através de investimentos orientados para o fortalecimento da capacidade produtiva nacional, o aumento da produtividade e competitividade dos factores produtivos domésticos.

O volume de recursos totais nos sectores prioritários em 2013 está fixado em 116.400,1 milhões de MT, correspondente a 72,3% da despesa pública total excluindo juros da dívida pública e operações financeiras do Estado, contra os 66,9% em 2012.

Depreende-se do quadro a seguir que os sectores da educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural e infraestruturas absorvem em conjunto 59,4% do volume de recursos totais excluindo os encargos da dívida e operações financeiras do Estado, o que consubstancia uma estratégia de combate à pobreza assente na promoção de um crescimento económico sustentável, inclusivo e de base alargada.

Quadro 13. Despesas nos sectores prioritários

	Lei 2012	Proposta 2013
<i>Em Milhões de MT</i>		
Despesa Total excl. Juros e Operações Financeiras	145,353.4	161,066.3
Despesa Total nos Sectores Prioritários	97,274.4	116,400.1
Educação	26,299.4	29,962.8
Saúde	11,203.4	16,589.4
HIV/SIDA	152.3	170.7
Infraestruturas	19,912.5	29,793.2
Agricultura e Desenvolvimento Rural*	15,990.6	20,259.5
Governação, Segurança e Sistema Judicial	11,472.3	13,357.2
Outros Sectores Prioritários	3,922.5	6,247.4
Acção Social **	3,341.2	5,613.2
Trabalho e Emprego	581.4	634.2
Como percentagem da despesa total excluindo encargos da dívida e operações financeiras		
Total	66.9%	72.3%
Educação	18.1%	18.6%
Saúde	7.7%	10.3%
HIV/SIDA	0.1%	0.1%
Infraestruturas	13.7%	18.5%
Estradas	9.8%	11.1%
Águas e Obras Públicas	2.7%	6.1%
Recursos Minerais e Energia	1.2%	1.3%
Agricultura e Desenvolvimento Rural *	11.0%	12.6%
Governação, Segurança e Sistema Judicial	7.9%	8.3%
Outros Sectores Prioritários	2.7%	3.9%
Acção Social **	2.3%	3.5%
Trabalho e Emprego	0.4%	0.4%

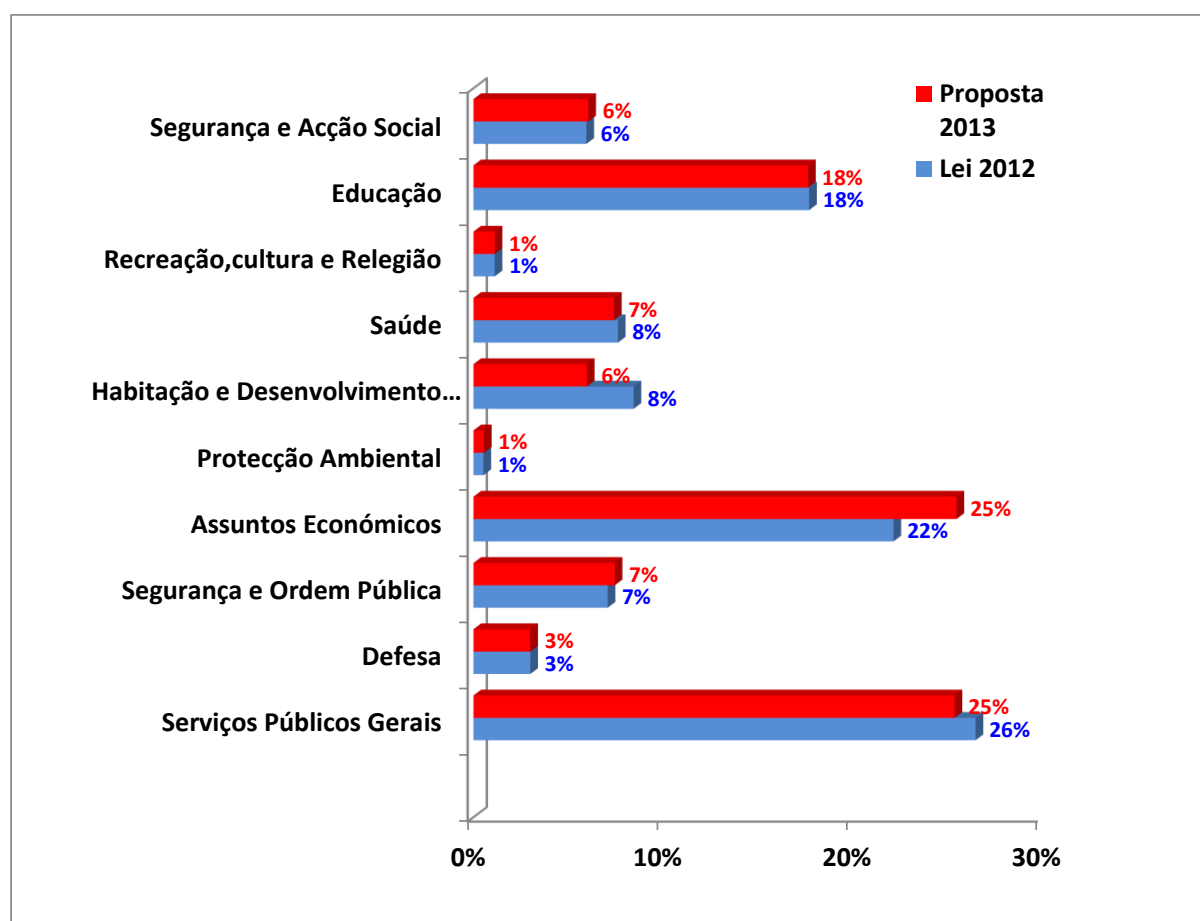
* Inclui Fundo de Desenvolvimento Distrital, Infraestruturas Sócio Económicas e Projectos de desenvolvimento rural nos sectores da Indústria e Comércio e Ministério da Administração

** Inclui Subsídios sociais que visam minimizar o elevado custo de vida das populações

VII. DESPESAS GLOBAIS SEGUNDO O CLASSIFICADOR FUNCIONAL

A análise das despesas segundo o classificador funcional tem por objetivo espelhar o padrão de alocação de recursos associado às diferentes funções do Estado. A prioridade do Governo continua centrada no reforço da afectação de recursos àquelas funções que a médio prazo contribuirão para expandir a capacidade produtiva, aumentar a competitividade dos factores produtivos domésticos e melhorar o nível do rendimento per capita.

Gráfico 7. Estrutura das despesas segundo o classificador funcional



As funções associadas à provisão dos serviços públicos gerais, assuntos económicos, educação e saúde absorvem uma proporção significativa de recursos públicos, tal como sugere o gráfico acima.

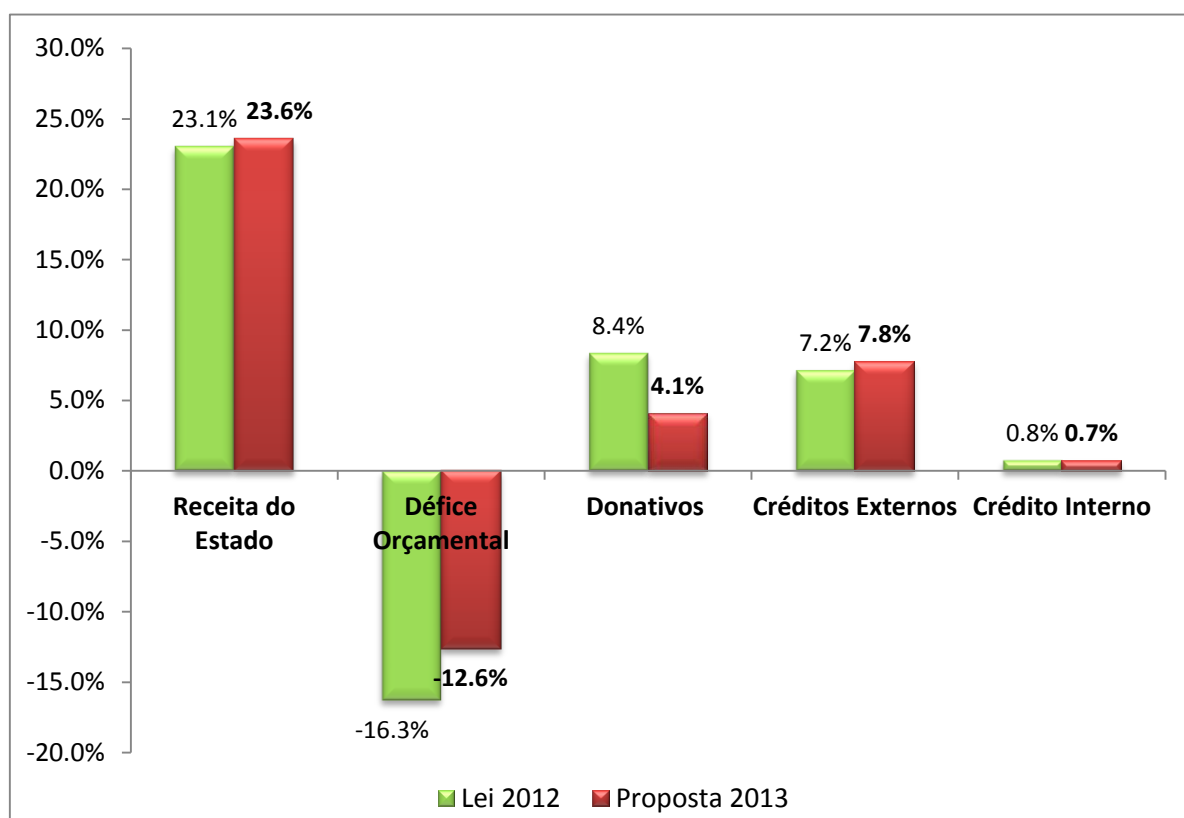
VIII. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

O déficit orçamental previsto para 2013 é de 60.993,0 milhões de MT, equivalente a 12,6% do PIB, o que traduz uma redução de 3,7pp do PIB face ao nível do déficit em percentagem do PIB previsto para 2012.

A dependência do Orçamento do Estado em relação aos recursos externos reduz, passando de 39,5% em 2012, para 32,8% em 2013, isto é, a cobertura das despesas totais do Estado com recursos internos aumenta, passando de 60,5% em 2012, para 67,2% em 2013.

Em 2013, o déficit orçamental equivalente a 12,6% do PIB será coberto por donativos equivalentes a 4,1% do PIB, por créditos externos correspondente a 7,8% do PIB e pelo crédito interno, equivalente a 0,7% do PIB, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 8. Financiamento do déficit orçamental



Em 2013, regista-se uma redução dos donativos face a 2012 em 4,3 pp do PIB, um incremento dos créditos externos em 0,6pp e uma redução do crédito interno em

0,1pp do PIB. Esta tendência de minimização do crédito interno para financiar o déficit orçamental visa garantir a criação de maior espaço creditício para financiar a procura de investimento privado, factores que concorrerão para sustentar o crescimento acelerado da economia a médio prazo.

IX. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O quadro a seguir mostra o volume de recursos e as despesas totais que consubstanciam o Orçamento do Estado para 2013. O envelope de recursos totais programado para 2013 é de 174.955,0 milhões de MT, dos quais, 113.962,0 milhões de MT representarão as receitas do Estado, 3.573,3 milhões de MT são recursos que advirão da contratação do financiamento interno e 57.419,7 milhões de MT serão recursos provenientes do financiamento externo.

Quadro 14. Equilíbrio orçamental

	Milhões de MT		Em % PIB	
	Lei 2012	Proposta 2013	Lei 2012	Proposta 2013
Total de Recursos	163,035.4	174,955.0	39.3%	36.2%
Recursos Internos	98,688.0	117,535.2	23.8%	24.3%
Receitas do Estado	95,538.0	113,962.0	23.1%	23.6%
Receitas Correntes	93,006.9	111,144.8	22.4%	23.0%
Receitas Fiscais	80,441.6	95,492.4	19.4%	19.8%
Receitas Não Fiscais	6,925.3	8,895.7	1.7%	1.8%
Receitas Consignadas	5,639.9	6,756.7	1.4%	1.4%
Receitas de Capital	2,531.1	2,817.2	0.6%	0.6%
Crédito Interno	3,150.1	3,573.3	0.8%	0.74%
Recursos Externos	64,347.3	57,419.7	15.5%	11.9%
Donativos	34,718.6	19,810.7	8.4%	4.1%
Créditos	29,628.8	37,609.1	7.2%	7.8%
Total de Despesas (incl. Op. Financeiras)	163,035.4	174,955.0	39.3%	36.2%
Despesas de Funcionamento	84,462.0	97,263.7	20.4%	20.1%
Despesas com o Pessoal	41,353.4	48,809.1	10.0%	10.1%
Bens e Serviços	14,006.9	18,456.7	3.4%	3.8%
Encargos da Dívida	4,626.4	5,622.4	1.1%	1.2%
Transferências Correntes	13,709.2	15,904.4	3.3%	3.3%
Subsídios	5,240.9	3,371.9	1.3%	0.7%
Outras Despesas Correntes	5,201.7	4,797.2	1.3%	1.0%
Despesas de Capital	323.5	301.9	0.1%	0.1%
Despesas de Investimento	65,517.8	69,425.0	15.8%	14.4%
Componente Interna	24,261.0	30,780.3	5.9%	6.4%
Componente Externa	41,256.8	38,644.7	10.0%	8.0%
Donativos	25,019.8	12,379.2	6.0%	2.6%
Créditos	16,237.0	26,265.5	3.9%	5.4%
Operações Financeiras	13,055.6	8,266.3	3.2%	1.7%
Activas	10,239.5	4,424.5	2.5%	0.9%
Passivas	2,816.1	3,841.8	0.7%	0.8%

As despesas totais, incluindo operações financeiras programadas para o ano de 2013 são de 174.955,0 milhões de MT, sendo 97.263,7 milhões MT de despesas de

funcionamento, 69.425,0 milhões de MT de investimento e 8.266,3 milhões de MT de operações financeiras. Assim, as despesas totais são iguais ao volume de recursos totais, ficando assim salvaguardado o princípio de equilíbrio orçamental.

X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do Orçamento do Estado para 2013 é elaborada num contexto marcado pela expectativa de uma recuperação lenta do nível de actividade económica mundial, como resultado dos efeitos persistentes da crise económica e financeira global, face à prevalência de expectativas pessimistas quanto à recuperação das economias da zona Euro e a tendência de deterioração dos termos de troca internacionais em prejuízo das economias com uma base de exportações pouco diversificada e assente em produtos primários.

Com vista a contrapor às adversidades impostas pela envolvente macroeconómica e financeira internacional, a política orçamental para 2013 continuará orientada para a manutenção da estabilidade macroeconómica e a criação de condições para a promoção do crescimento económico sustentável, inclusivo e de base alargada.

Para o efeito, aumentar-se-á o volume de recursos para os sectores com potencial de induzir o crescimento económico, através da provisão de infra-estruturas sócio-económicas básicas, investimento no desenvolvimento do capital humano, aumento da produção e produtividade nos sectores agrário e industrial e a promoção do emprego, factores vitais para a promoção do desenvolvimento sócio-económico sustentável e equilibrado.

Tendo em vista reduzir os níveis de dependência do Orçamento do Estado em relação ao exterior, a política tributária continuará orientada para a implementação de acções tendentes à melhorar os padrões de eficiência da administração tributária, alargar a base tributária e diversificar a carteira fiscal, através da modernização da infraestrutura física e tecnológica de suporte na arrecadação de receitas.

O Governo continuará, criteriosamente, a descentralizar recursos para os Distritos por forma a catapultar o processo de transformação das estruturas económicas a nível local, tornando-as competitivas e baseadas no aproveitamento integral das vantagens comparativas.

A política orçamental para 2013 continuará a pautar por um maior rigor e racionalidade na realização da despesa pública e pela manutenção das medidas de austeridade orçamental, visando garantir o realinhamento das contas públicas a curto e médio prazos e a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos externos a longo prazo.